



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

<b>Centro:</b> CCJE	<b>Departamento:</b> Gemologia
<b>Disciplina:</b> Consentimentos Minerários	<b>Código:</b> GEM06690
<b>Carga Horária Semestral:</b> 60 h/a.	<b>Créditos:</b> 04
<b>Professor:</b> Neiva Buaziz	<b>Período:</b> 2009/2

### PROGRAMA DE DISCIPLINA

#### A. EMENTA

Introdução ao Direito Minerário: O direito minerano brasileiro, regime constitucional dos recursos minerais, solo e subsolo, jazidas e minas, classificação das minas, partes integrantes de mina, o minério extraído; Regimes de aproveitamento mineral: O requerimento de pesquisa, direito de prioridade, consentimentos para pesquisa, consentimentos para lavra, manifesto de mina, proteção especial a atividade mineral, aplicação do direito ambiental a mineração: Código de mineração. Noções de utilização do GPS.

#### B. OBJETIVO

Levar ao discernimento acerca dos principais conceitos e aplicação da Natureza Jurídica do Consentimento para pesquisa mineral do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Estudar e aplicar as relações jurídicas existentes com os minerais industriais e a cadeia produtiva de gemas, jóias e afins. Proporcionar aos alunos, conhecimentos da Legislação Mineral adequada e identificação de impactos ambientais - Noções. Riscos da atividade mineral, estudo e aplicação do Código de Mineração. Noções de utilização de GPS.

#### C. PROGRAMA

**1. Introdução ao Direito Minerário:** pág. 13 a 40, capítulo I da bibliografia recomendada.

1.1 A história do Direito Minerário;

1.2 A influência de outros Países na Mineração Brasileira; 1.3 A Realidade Nacional da Mineração Brasileira;

1.4 Comandos da Legislação Minerária;

1.5 Definição de Jazida, Mina e Lavra;

1.6 Garimpagem, Faiscação e Cata.

**2. O Direito Minerário Brasileiro:** pág. 43 a 112, capítulo 11 da bibliografia recomendada.

2.1 Regime Constitucional dos Recursos Minerais; 2.2 Relações Jurídicas no Direito Minerário;

2.3 Solo, Subsolo, Jazidas e Minas;

2.4 Classificação das Minas;

2.5 Partes Integrantes das Minas;

2.6 Características do Direito Minerário; 2.7 O Minério Extraído.

**3. Os Regimes de Aproveitamento Mineral:** pág. 115 a 148, capítulo III da bibliografia recomendada.

3.1 Aproveitamento Mineral;

3.2 Requerimento de Pesquisa; 3.3 Direito de Prioridade;

3.4 Consentimento para Pesquisa; 3.5 Consentimento para Lavra;

3.6 Consentimento Municipal;

3.7 Consentimento para Lavra Garimpeira; 3.8 Consentimento para Exploração Pública; 3.9 Monopólio;

3.10 Manifesto de Mina.

**4. Proteção Especial à Atividade Mineral:** pág. 151 a 168, capítulo IV da bibliografia recomendada.

4.1 Risco da Atividade, Sanções e Nulidades, Caducidade; 4.2 Penhora de Partes Integrantes da Mina;

4.3 Aplicação do Direito Ambiental à Mineração;

4.4 Regras para a boa aplicação do Direito Ambiental; 4.5 Busca do Desenvolvimento e Proteção Ambiental; 4.6 Certificado de Kimberley - SCPK

**5. Código de Mineração:** pág. 171 a 213 da bibliografia recomendada.

5.1 Instituição e Aplicação - Decreto-Lei N° 227, de 27/02/1967;

5.2 Regulamento do Código de Mineração - Decreto N° 62.934, de 02/04/1968;

5.3 Constituição Federal de 1988; 5.4 Legislação Aplicada;

5.5 Noções da utilização de GPS

5.6 Colocações Finais.

## **D - METODOLOGIA**

### **Procedimentos:**

A disciplina será ministrada por meio de:

- aulas expositivas, dialogadas, ministradas pelo professor com a participação pró ativa dos alunos;
- discussões de casos e práticas didáticas que possibilitem a participação efetiva dos alunos no processo de apreensão e consolidação dos conteúdos programáticos.
- trabalhos escritos individuais e/ou coletivos com construção orientada;

### **Recursos:**

- Quadro e pincel;
- projetor de multimídia (datashow)
- textos diversificados

## **E - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

o sistema de avaliação será estruturado como se segue:

- a) Participação nas aulas - 10% da nota total;
- b) Duas avaliações individuais escritas - 60% da nota total (1ª em 15/09/2009 - 2ª em 19/11/2009);
- c) Dois seminário e trabalhos sobre tema a ser definido oportunamente, individual ou em grupo, escrito e apresentado ao final das unidades 30% da nota total;
- d) A nota final do aluno será obtida através da soma das notas auferidas durante o período. As leituras dirigidas, quando acompanhadas da entrega de fichamentos, bem como os debates organizados em sala de aula, a critério do professor, poderão fazer parte da composição das notas.
- e) Não serão aplicadas provas de 2ª chamada, a não ser para os casos previstos no regulamento da UFES. (Resolução
- f) Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão o direito a realizar uma prova final, devendo alcançar média final igualou superior a 5,0 para aprovação.

g) Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações (provas e trabalhos) que ele eventualmente tenha realizado.

h) Prova Final em 10/11/2009.

## **F. Bibliografia**

ARRUDA, A. T. **Normas regulamentares de mineração**. Brasília: Ministério de Minas e Energia - Departamento de Produção Mineral, 1988.

BEDRAN, E. **A mineração à luz do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Alba, 1957, v. I II e 111.

**Código de Mineração e Legislação corretiva. Ministério das Minas e Energia.**

Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1987.

FREIRE, W. **Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral**. Belo Horizonte. Revista de Direito Minerário, 2005.

FREIRE, William. **Coletânea de Legislação Mineral** - Belo Horizonte: Editora Revista de Direito Minerário, 2005.958p.

GODINHO, T. M. **A conceituação jurídica de autorização de pesquisa e da concessão de lavra**. Brasília: IBRAM, 1990.

## **G. Bibliografia Recomendada:**

PINTO, Uile Reginaldo- **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental-11ª**  
Ed. Brasília 2008

FREIRE, W. **Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral**. Belo Horizonte. Revista de Direito Minerário, 2005.

FREIRE, William. **Coletânea de Legislação Mineral** - Belo Horizonte: Editora Revista de Direito Minerário, 2005.958p.

---

**Professora Neiva Lima dos Santos Buaiz**